



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Avaliação e Educação da Competência Moral-Democrática

Carolina Brasil

BRASIL, C. Avaliação e Educação da Competência Moral-Democrática. In: BATAGLIA, P. U. R.; ALVES, C. P.; PARENTE, E. M. P. P. R. **Estudos sobre competência moral: propostas e dilemas para discussão**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 415-436. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p415-436>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo 1 - Tradução

AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO DA COMPETÊNCIA MORAL-DEMOCRÁTICA¹

*Georg Lind*²

Sócrates: Mas se isso for afirmado, então o desejo do bem é comum a todos, e um homem não é melhor que o outro nesse aspecto?

Mênon: Verdade.

Sócrates: E se um homem não é melhor que outro em desejar o bem, será ele melhor no poder de alcançá-lo?

¹ Versão em português do capítulo 1. Texto traduzido por Prof. Carolina Brasil. Revisado pelas organizadoras

² "O Prof. Dr. Georg Lind faleceu inesperadamente em 30 de novembro de 2021. Este texto em mãos foi o último. Em 2020, Georg fundou o "Institute for Moral-Democratic Competence (IMDC)". O IMDC continuará o trabalho de Georg. Em particular, trata-se da manutenção e desenvolvimento de métodos inclusivos, eficazes e eficientes, como o Método Konstanz de Discussão de Dilema (KMDD[®]) ou o Teatro de Discussão (DT). O IMDC verifica sua eficácia na promoção da competência moral-democrática por meio do Teste de Competência Moral (MCT) e outros instrumentos objetivos e válidos com os quais a competência moral-democrática pode ser visibilizada. O IMDC conduz seus próprios seminários de oficina para treinar e certificar professores de KMDD e treinadores de KMDD para KMDD, bem como para programas análogos, como o Teatro de Discussão". (Kay Hemmerling)

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p415-436>

Introdução

Toda jornada, até mesmo a mais longa, começa com um primeiro passo. Toda democracia, até mesmo a mais avançada, começa com falar sobre as coisas que realmente importam para nós, e escutar aqueles que discordam ou que têm sua própria razão para falar livremente sobre o assunto. A verdadeira essência da democracia depende de expressar-se e escutar os outros, e em resolver conflitos inevitáveis através do pensamento e diálogos baseados em princípios morais compartilhados como liberdade, justiça, cooperação e verdade, ao invés do uso da força bruta ou manipulação, ou ainda, de permitir que outros decidam por nós.

Idealmente, todas as instituições em uma democracia operam de acordo com uma mesma premissa, especificamente mediando conflitos de uma forma pacífica, isto é, chegando à um consenso que seja justo e que respeite o valor de cada indivíduo independente dos bens que possui ou do poder social que detenha. Isto é, como o filósofo Immanuel Kant (1785) afirmou, o maior “padrão” da vida democrática: Agir como se o princípio em que sua ação é baseada fosse se transformar na lei universal da natureza, e em todo caso, tratar humanos como fim, nunca apenas como meio. Uma extensão comunicativa e atualizada deste padrão democrático tem sido apresentada por filósofos como Jürgen Habermas (1990), que diz que nós sempre deveríamos buscar a solução “moral” de um conflito, isto é, uma que exclua qualquer uso de poder ou violência, apoiando-se apenas na razão e diálogo.

Ideais, valores ou crenças democráticas são essenciais para o desenvolvimento e manutenção de uma sociedade democrática. Se as pessoas não valorizassem os ideais da democracia, e se não acreditassem que esta é a melhor forma de governo, esta certamente não prevaleceria. A

maioria, senão todas as pessoas do mundo, valoriza este ideal moral elevado de democracia. A *Pesquisa Mundial de Valores* indica que a maioria das pessoas ao redor do mundo preza por valores democráticos. Cidadãos de países islâmicos, budistas ou comunistas não diferem dos cidadãos dos EUA ou outros países ocidentais em relação aos seus ideais democráticos (INGLEHARD; NORRIS, 2003; SEN, 1999).

Os autores da Declaração da Independência Americana “consideram estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os Homens são criados de forma igual, e que são dotados pelo seu Criador com certos direitos inalienáveis, e entre eles, a vida, liberdade, e a procura da felicidade”. Como muitas pesquisas mostram, o *ideal* democrático não é restrito a América do Norte ou Europa, mas pode ser encontrado ao redor do globo, independente do contexto cultural e religioso. A concordância desses ideais está documentada em muitas declarações internacionais, por exemplo, a *Convenção dos Direitos da Criança*, e a maioria das constituições nacionais referem-se aos ideais democráticos inalienáveis como o padrão supremo para formulação de políticas, cumprimento da lei, e educação.

Ainda, esses ideais contrastam bruscamente com a realidade. Existem diariamente reportagens da mídia sobre conflitos violentos, corrupção, manipulação e outras infrações criminais, bem como, sobre governos que consideram necessário restringir os direitos democráticos. Eles mostram que estamos longe de viver em harmonia com nossos ideais democráticos. Na verdade, com mais frequência do que gostaríamos, não correspondemos a estes ideais. Muitas vezes, recorremos ao poder, violência ou guerras para resolver diferenças de opinião, ou usamos manipulação para resolver conflitos, ou nos curvamos a pessoas que se oferecem para solucionar todos os nossos problemas e a pensar por nós. Esta lacuna entre o ideal moral de democracia, de um lado, e a vida

cotidiana do outro é, como pesquisas mostram, melhor explicada pela falta de competência moral-democrática na maioria dos cidadãos. Se as pessoas não tiverem nenhuma oportunidade de desenvolver a mínima habilidade de resolver conflitos através da reflexão e diálogo, elas apenas conseguirão resolvê-los com o uso da violência, manipulação e submissão a outros.

Esta percepção levanta duas questões importantes: Primeiro, como podemos tornar a competência moral-democrática visível de modo que possamos pesquisar hipóteses sobre sua natureza e relevância para tomada de decisões diárias? Segundo, quais oportunidades de aprendizagem podemos e devemos proporcionar a jovens e idosos de modo que suas competências morais-democráticas possam crescer e dar frutos?

Nas últimas cinco décadas eu passei a maior parte do meu tempo procurando por uma resposta. Aqui eu darei a vocês uma maior visualização das melhores respostas que encontrei.

1. O significado das orientações e competências morais

O comportamento humano pode ser descrito de duas formas: primeiro, que alvo ou direção está buscando, e o quão bem e capaz ele é em fazer isso. Na Psicologia, o primeiro aspecto do comportamento é chamado de diferentes formas: conteúdo, atitude, orientação ou valores. O segundo aspecto também é chamado de forma diferente, como estrutura, cognição, julgamento, habilidade ou competência. Por exemplo, se eu desejo viajar para Seul, esta cidade pode ser chamada de orientação (orientação é o meu termo favorito para o primeiro, o aspecto afetivo). Por outro lado, a forma como planejo e percebo meu alvo, mostra a minha habilidade para alcançar este alvo. Neste caso, mostra minha competência de viagem. Do mesmo

modo, valores privados e públicos descrevem o aspecto afetivo ou a orientação do nosso comportamento. A forma como os colocamos em prática é descrita como competência moral ou de valor.

Os dois aspectos do comportamento, orientação e competência são importantes. Entretanto, eles não devem ser confundidos porque possuem origens diferentes, são mensurados de formas diferentes, e devem ser tratados de forma diferente na educação. Nossas orientações ou ideais morais são inatas. Até mesmo bebês e animais pré-verbais demonstram sensibilidade moral. Eles não precisam ser ensinados. Nossa competência moral também nos é dada no nascimento, porém minimamente. Para que seja efetivo ele precisa desenvolver, e desenvolve-se melhor quando a usamos, assim como os músculos que crescem quando os usamos. Enquanto orientações morais podem ser simuladas em qualquer direção, a competência moral não pode ser simulada verticalmente. Por exemplo, orientações morais ou atitudes, como as avaliadas com o *Teste de Julgamento de Situações* de Rest (1979), podem ser simuladas verticalmente (EMLER *et al.* 1983). Em duas réplicas de experimentos com o Teste de Competência Moral, nenhuma movimentação vertical dos resultados pôde ser simulada (LIND, 2002).

Princípios morais são um tipo especial de valores, especialmente os que podem ser consentidos por todas as pessoas. Como critério para distinção dos princípios morais de outros valores, o filósofo Immanuel Kant (1785) sugeriu seu *imperativo categórico*. Apenas alguns valores alcançam este critério, especialmente valores como liberdade, justiça, verdade e cooperação. Todos os outros valores, que são específicos para determinadas culturas, religiões, comunidades ou indivíduos são chamados de valores ou orientações relativas. Estas não podem ser previstas por todos. Apenas se respeitarmos essa distinção que Kant nos ensinou, que manteremos a paz.

Se tentarmos “convencer” as outras pessoas dos nossos valores *relativos* através da força, eles eventualmente tentarão defender-se através da força. Porém, se insistirmos nos princípios morais universais como base para resolução de conflitos e problemas, nós teremos uma boa chance de viver juntos de forma pacífica e manter a democracia.

Porém, as orientações morais são apenas um dos dois requisitos básicos. Assim como Sócrates e Confúcio ensinaram, todas as pessoas querem ser boas, porém são diferentes no que diz respeito às suas habilidades em serem boas. Uma boa ação exige *competência moral*. Competência moral é *a habilidade de resolver problemas e conflitos na base dos princípios morais (universais) ou valores, apenas através da reflexão e diálogo, ao invés de uso da força e manipulação, ou através da submissão a outras pessoas* (LIND, 2019).

Esta definição baseia-se, e estende-se, nas definições do psicólogo e educador Lawrence Kohlberg e o filósofo Jürgen Habermas. Kohlberg (1964) definiu a competência do julgamento moral como a habilidade de basear o julgamento em princípios morais internos, e agir de acordo com estes princípios: princípios morais internos são diferentes de princípios sociais externos. Certamente, existe uma grande sobreposição com valores públicos, pois os princípios morais internos são comuns para todos. Mas eles não são idênticos. Às vezes os valores públicos e privados podem variar consideravelmente quando são escritos em concreto.

Habermas (1990[1983]) fala sobre competência comunicativa. Ele a define como a habilidade de solucionar conflitos através do discurso livre, ao invés do uso de força e violência. No cotidiano, todos nós sentimos o quão difícil pode ser atingir este critério. Frequentemente, as pessoas consideram muito complicado pensar por elas mesmas, e preferem deixar que outras pessoas decidam o que fazer. Elas também acham muito difícil

falar com adversários sobre opiniões divergentes, pois pausam o diálogo precocemente ou se tornam agressivos.

Conseqüentemente, se queremos manter e desenvolver a democracia como uma forma de vivermos juntos em paz, precisamos avaliar o nível de competência moral das pessoas. Se acabarem sendo muito baixos, precisamos impulsioná-los com educação adequada.

2. Como tornar a competência moral visível

Se uma característica humana é real, isto é, se guia e direciona o comportamento humano, então também é visível e podemos vê-la e medi-la. Esta verdade parece simples, mas no passado, esta característica foi predominantemente ofuscada pela (falsa) crença de que traços psicológicos são escondidos e não podem ser observados objetivamente. Duas conclusões diferentes foram tiradas a partir desta crença. A maioria, se não todos, psicólogos orientados “objetivamente” descartaram completamente características psicológicas de seus planos (WATSON, 1913), ou as confundiram com normas sociais. Então, por exemplo, Hartshorne e May (1928) definiram operacionalmente “comportamento moral” como o comportamento que cumpre com padrões externos da sociedade (ou seus agentes, os pesquisadores). Assim, o elemento central da moralidade, especialmente cumprindo com padrões *internos*, foi abandonado e substituído por padrões sociais ou legais. No final de seus estudos, os autores admitiram que isso foi um erro. Os experimentos falharam em demonstrar qualquer consistência de comportamento de seguimento de normas.

Além disso, como psicólogos orientados objetivamente não reconhecem princípios internos e estruturais da personalidade humana, eles não veem razão em buscar pela estrutura de comportamento do indivíduo, apenas em procurar por consistência entre as simples amostras dos sujeitos. E mais, sem o senso de estrutura individual, psicólogos que trabalham objetivamente focam meramente em respostas isoladas de um indivíduo (“produtos”), e consideram a estrutura das variações de respostas meramente como fontes de erros de medição ou incertezas, ao invés de uma expressão da estrutura cognitiva (LIND, 2010).

Em contrapartida, psicólogos orientados “subjetivamente” como Piaget e Kohlberg insistem que não podemos fazer pesquisas sem um objeto psicológico a ser estudado e sem olhar estruturas de personalidade individuais. Como também pensaram que características psicológicas como a moralidade são de alguma forma escondidas, elas podem ser estudadas apenas com métodos subjetivos ou qualitativos. Piaget (1965) desenvolveu o que chamou de “método clínico”. Ele utilizou uma mistura de observação comportamental (e.g. brincadeiras de criança) e entrevistas (contando pequenas histórias morais e pedindo que os participantes julgassem o erro dos atos e a razão de seus julgamentos). Depois disso, Kohlberg aperfeiçoou este método de modo que avaliasse o estágio de desenvolvimento moral dos participantes. Embora, este método de pesquisa subjetiva tenha funcionado bem e produzido muitas descobertas valiosas no julgamento moral dos humanos, não foi satisfatório por duas razões. Primeiro, psicólogos de pensamento objetivo questionaram suas descobertas em princípio, alegando que o marcador subjetivo é suscetível a influências auto-suficientes. Na verdade, em minha revisão do *Entrevista sobre Julgamento Moral* de Kohlberg, encontrei uma instrução de marcadores que estava favorecendo resultados que estavam em concordância com sua teoria de uma sequência desenvolvimental

invariável (LIND, 1989). Segundo, os dois teóricos estavam confusos em relação ao papel do comportamento em suas teorias. Piaget (1965) pensou que lidava apenas com julgamento, mas não com comportamento. Da mesma forma, Kohlberg (1984) e seus seguidores acreditavam que o julgamento moral é algo separado do comportamento e, assim, tentou estudar a relação julgamento-comportamento.

Ambos haviam esquecido que seus dados sobre julgamento eram comportamentais, não somente imaginados. Porém, seus entendimentos acerca do comportamento eram diferentes dos entendimentos dos behavioristas. Ou seja, eles tentaram descrever comportamento de acordo com o ponto de vista dos próprios participantes, ao invés do ponto de vista dos pesquisadores. Eles estavam interessados em responder questões como: tirar o brinquedo de outra criança é vista pelo ator como roubo, empréstimo ou apenas compartilhamento? Sem levar em conta o ponto de vista do ator, não é possível descrever e estudar seu comportamento de forma adequada em relação a sua qualidade moral.

Eles também esqueceram que estrutura significa a relação entre os comportamentos de uma pessoa em situações diferentes, isto é, a consistência de seu comportamento no que diz respeito a suas orientações morais. Não podemos interpretar o comportamento de alguém de forma adequada, sem olhar para o comportamento no contexto. Por exemplo, se alguém aceita um princípio moral apenas quando esta defende sua opinião, mas não quando discorda dela, não podemos dizer que esta pessoa age de acordo com os princípios morais. Ao invés disso, preferimos dizer que ela apenas utiliza princípios morais para racionalizar sua decisão. Na verdade, no formato inicial de seu método de entrevistas, Kohlberg sondou os participantes com contra-argumentos. Infelizmente, ele os descartou mais tarde.

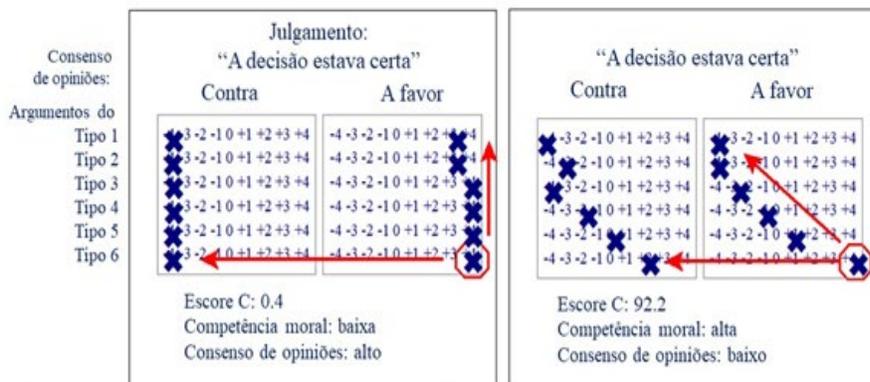
Nosso Teste de Competência Moral (MCT) foi construído para que resolva o dilema entre pesquisa objetivas sem um objeto, e pesquisas subjetivas sem dados objetivos. O MCT torna a competência moral das pessoas visível sem interpretações subjetivas e sem apoiar-se em modelos estatísticos questionáveis. Através do projeto experimental multivariado do MCT, podemos avaliar a estrutura do padrão de respostas de um indivíduo a questões sistemicamente variadas (LIND, 2019 [1978]). Chamamos este novo método subjacente ao MCT de Questionário Experimental, QE (LIND, 1982). O QE não é um teste psicométrico que requer suposições estatísticas (*Teoria do Teste Clássico*, ou *Teoria de Resposta ao Item*, nomeando os mais comuns). Ao invés disso, testa exclusivamente em um conceito psicológico de características humanas como a competência moral. Métodos estatísticos são apenas considerados depois, quando traduzimos o diagnóstico ótico em um número (score C), então podemos fazer análises numéricas.

Na prática, o MCT apresenta duas histórias aos participantes. Cada história contém uma difícil decisão de um protagonista fictício. Na versão original, uma é sobre um médico, e outra sobre dois operários. Cada história é seguida por seis argumentos a favor e seis argumentos contra a decisão do protagonista, os participantes são convidados a avaliar numa escala de -4 a +4 de acordo com sua aceitação. Os argumentos diferem, não apenas em consenso de opiniões, como também em relação a qualidade moral. Esses argumentos foram cuidadosamente enxertados para representar cada um dos seis tipos de orientação moral de Kohlberg, e foram revisados por diversos especialistas.

O MCT nos permite ver se os participantes avaliam seus argumentos de acordo com a concordância de opiniões, ou a qualidade moral. Claramente, apenas quando as pessoas são capazes de ver a qualidade moral

dos argumentos dos outros, uma discussão pode levar ao consenso. Na figura seguinte, são retratados dois padrões extremos de respostas, um deles mostrando nenhuma competência moral, e o outro mostrando um padrão quase perfeito de um indivíduo moralmente competente.

FIGURA 1 Dois padrões de resposta mostrando diferentes graus de Competência Moral (uma história apenas)



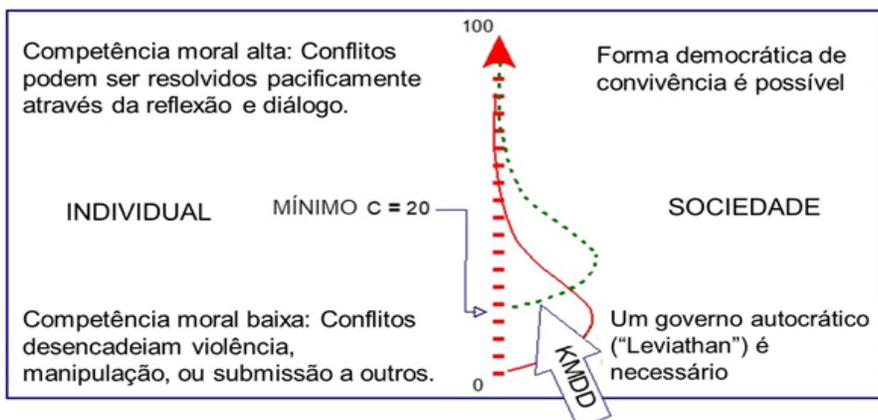
Fonte: Lind (2019)

Quando visualizamos a avaliação em destaque do argumento favorável tipo 6 de ambos os participantes, não nota diferença alguma. Ambos avaliaram como “+4”, que é o máximo de concordância. Entretanto, quando visualizamos os padrões de avaliação completos dessas duas pessoas, é possível notar que as avaliações idênticas possuem um significado diferente. A pessoa do lado esquerdo avaliou todos os argumentos de forma bastante positiva. Isso significa que ela avalia o argumento favorável tipo 6, como alto, apenas porque ele mantém sua posição na decisão. Ela até mesmo rejeitou fortemente o raciocínio tipo 6, quando precisa avaliar contra-argumentos. Então, seus julgamentos não são determinados por sua

orientação moral, mas sim pelo seu desejo de defender seu posicionamento. Em contrapartida, o padrão de julgamentos da pessoa ao lado direito mostra claramente que ela julgou todos os argumentos, tanto favoráveis quanto contra-argumentos, baseados na sua qualidade moral. Ela rejeita argumentos “ruins” mesmo que eles apoiem seu posicionamento, e aceita contra-argumentos mesmo quando estes questionam seu posicionamento em um certo ponto.

Então, para tornar visível a competência moral dos indivíduos, precisamos apenas olhar para suas respostas (após organizá-las de acordo com o tipo de orientação moral dos argumentos) sem alegar suposições estatísticas questionáveis. O MCT funciona, por assim dizer, como um aparelho de raio-x. Para especialistas técnicos: a informação na ótica contida nesses padrões de resposta são traduzidas em uma pontuação numérica para competência moral (escore C) através múltiplas análises de variações. O escore C é a proporção de resposta de um indivíduo determinada por considerações morais em relação a sua variação total de respostas (LIND, 1978), podendo ir de 0 a 100. As notas normalmente alcançam a metade inferior desta tabela como indica a figura seguinte (linha sólida).

FIGURA 2 C-escore baixo e alto e tipo de sociedade



Fonte: Lind (2019)

A figura acima indica o fato de que a competência moral da maioria das pessoas é menor que 20. Diversos estudos experimentais e de correlação mostram que pelo menos uma competência moral de 20 é necessária para fazer a diferença em diversos campos de comportamento (LIND, 2019). Em outras palavras, se as pessoas tiverem um escore abaixo de 20, elas não podem resolver problemas e conflitos através da reflexão e diálogo, apenas através de força e manipulação, ou em submissão às ordens de outras pessoas. Por razões óbvias, a forma de governo é relacionada intimamente ao nível de competência moral dos cidadãos. Se eles utilizam força e manipulação, ou deixam outros pensarem por eles, precisam ser controlados por uma autoridade forte. Viver em uma sociedade livre e democrática requer que todos os cidadãos tenham tido a chance de desenvolver o nível mínimo de competência moral (linha pontilhada; ver também SEN 2009; NOWAK *et al.*, 2013).

3. O método Konstanz de discussão de dilemas (KMDD)

Conforme o mundo cresce mais complexo, nós encontramos cada vez mais problemas e conflitos que nossos ancestrais nunca poderiam imaginar. Se nos sentimos sobrecarregados pelos problemas que enfrentamos, ou reagimos de forma agressiva e criminosa, ou procuramos abrigo em alguma personalidade forte ou poder. Então, se a competência moral dos cidadãos não puder se desenvolver em um nível mínimo, a democracia está ameaçada. Alguns cidadãos podem crescer em um ambiente favorável no qual tenham tempo amplo e oportunidade de praticar suas competências morais e desenvolvê-las até o nível necessário no contexto em que vivem e trabalham. Porém, a maioria das pessoas não cresce sob condições tão favoráveis. Muitas pessoas, até mesmo universitários, relatam que seus ambientes de aprendizado oferecem pouca ou nenhuma oportunidade de assumir responsabilidades e reflexões guiadas (SCHILLINGER, 2006). Consequentemente, o nível de competência moral dessas pessoas é relativamente baixo. Um exemplo extremo são prisioneiros que tiveram problemas porque tiveram pouca habilidade de resolver conflitos sem recorrer a violência e manipulação, e até mesmo perdem sua pouca competência moral na prisão, porque são privados de oportunidades para praticá-las. Não é surpresa alguma que eles voltem para a prisão mais cedo porque acreditam que tinham que ficar na prisão.

Hemmerling (2014) tem demonstrado de forma convincente que esta falta de oportunidade pode ser compensada efetivamente oferecendo sessões de “KMDD”. KMDD é conhecido como Método Konstanz de Discussão de Dilemas que desenvolvi baseado no método-dilema criado por Moshe Blatt e Lawrence Kohlberg (1975). O método Blatt-Kohlberg é raramente utilizado porque Kohlberg o declarou um fracasso, embora tenha mostrado

ser muito eficaz (LIND, 2002). Foi um fracasso para ele porque os professores não queriam usá-lo. Para eles, precisava de muito treinamento e muito tempo de preparação. Alguns também sentiram que Kohlberg demandou instruções demais dadas pelo professor, o que não deixou muito espaço para o próprio pensamento dos alunos.

Eu decidi assegurar este método tornando-o mais fácil de aplicar e oferecendo aos professores um treinamento mais rigoroso. Eu descrevi o KMDD em meu livro “Como ensinar competência moral” (LIND, 2019). Para que o método seja entendido e aplicado de forma eficaz, é necessário treinamento prático e certificação. O KMDD é ainda mais eficaz que o método Blatt-Kohlberg (porém, apenas quando aplicado por um professor bem treinado) e é muito eficiente. Uma sessão de 90 minutos pode produzir mais aumento da competência moral do que um ano letivo inteiro.

Em uma intervenção aleatória e projetada cuidadosamente com universitários tailandeses, Lerkiatbundit et al. (2006) encontrou efeitos altos e sustentáveis do KMDD na competência moral. O grupo experimental ganhou 12 pontos a mais no escore C no MCT, e este ganho ainda podia ser observado seis meses depois do final da intervenção. A média de ganho é notável, enquanto o MCT mostrou alta estabilidade em um estudo separado de “confiabilidade” ($r = 0.90$) (Lerkiatbundit et al., 2004), e o escore C permaneceu quase inalterado no grupo controle. Outros estudos encontraram ganhos parecidos. Comparativamente, os ganhos com o método Blatt-Kohlberg foram, em média, cerca de 6% por ano (Lind, 2002). A amplitude dos efeitos das duas intervenções se assemelha favoravelmente à amplitude média dos efeitos de tratamentos médicos, educativos e psicológicos “eficazes”.

Conclusão: Democracia e Competência Moral

A democracia só pode funcionar quando a maioria dos cidadãos aprenderem a resolver conflitos e problemas que resultam inevitavelmente da aplicação de valores públicos. Quando queremos ser bons, nos deparamos frequentemente com uma situação-dilema, isto é, em uma situação em que todos os cursos de ação possíveis violariam um princípio moral básico. Para que seja possível resolver tais situações dilema, precisamos de competência moral-democrática. Em outras palavras, democracia é uma forma de convivência muito difícil. Seus cidadãos são obrigados a governarem a si mesmos, isto é, resolver problemas e conflitos que encontram sozinhos ao invés de deixarem outras pessoas decidirem o que fazer.

Portanto, competência moral é o pilar básico da democracia. Se as pessoas não forem capazes de desenvolver esta competência, a ordem deveria ser aplicada através da polícia treinada, trabalhadores judiciais, guardas de prisão e grandes instituições, etc. Isto custa uma grande quantia de dinheiro. Tal aplicação tem seus limites porque falha se muitos cidadãos e até mesmo forças policiais carecem de competência moral. Competência moral é tão necessária nas esferas públicas, como na vida privada, escolas e negócios (LIND, 2021).

Depois de mais de quarenta anos de pesquisas e desenvolvimento nesta área, estou certo de que poderíamos melhorar a nossa qualidade de vida e economizar muitos custos, se nossas escolas promovessem competência moral para todos. Isto é possível, pois estabilizaria e desenvolveria nossa democracia. Desenvolvemos um método muito efetivo para a fomentação da competência moral. Ele exigiria pouco tempo e nenhuma mudança no currículo das escolas e universidades. O único desafio é o treinamento dos

professores para utilizar esse método, porque o método funciona apenas se os professores entenderem e aplicarem com competência. Portanto, todas as instituições de ensino superior deveriam oferecer este treinamento. Este é o principal dever delas em uma democracia.

Referências

BLATT, M. KOHLBERG, L. The effect of classroom moral discussion upon children's level of moral judgment. **Journal of Moral, Education**, v.4, p.129-161, 1975.

DEWEY, J. **Democracy and education**: An introduction to the philosophy of education. New York: The Free Press, 1966.

EMLER, N., Renwick, S. & Malone, B. The relationship between moral reasoning and political orientation. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 45, p. 1073-1080, 1983.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. **Democracy and disagreement**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1997.

HABERMAS, J. **Moral consciousness and communicative action**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1990 (originally published 1983).

HARTSHORNE, H. MAY, M. A. **Studies in the nature of character**. Vol. I: Studies in deceit, Book one and two. New York: Macmillan, 1928.

HEMMERLING, K. **Morality behind bars**: An intervention study on fostering moral competence of prisoners as a new approach to social rehabilitation. Frankfurt: Peter Lang, 2014.

INGLEHARD, R. NORRIS, P. The true clash of civilizations. **Foreign Policy**, p.67-74, March/ April, 2003.

KANT, I. **Grundlegung zur Metaphysik der Sitten** [Foundations of the Metaphysics of Morals.] Riga: Hartknech, 1785.

KEASEY, CH. B. The influence of opinion-agreement and qualitative supportive reasoning in the evaluation of moral judgments. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.30, p.477-482, 1974.

KOHLBERG, L. The meaning and measurement of moral development. *In*: L. Kohlberg, ed., **The psychology of moral development: Essays on moral development**, vol. 2, pp. 395-425. Sand Francisco: Harper & Row, 1984.

KOHLBERG, L. Development of moral character and moral ideology. M. L. Hoffman & L. W. Hoffman, eds., **Review of Child Development Research**, Vol. I, pp. 381-431. New York: Russel Sage Foundation, 1964.

KOHLBERG, L. **The psychology of moral development**. Vol. 2: Essays on moral development. San Francisco: Harper & Row, 1984.

LERKIATBUNDIT, S., UTAIPAN, P., LAOHAWIRIYANON, C., TEO, A. Randomized controlled study of the impact of the Konstanz method of dilemma discussion on moral judgement. **Journal of Allied Health**, n. 35(2), p. 101-108, 2006.

LIND, G. Wie misst man moralisches Urteil? Probleme und alternative Möglichkeiten der Messung eines komplexen Konstrukts. [How does one measure moral judgment]. *In*: PORTELE, G. ed., **Sozialisation und Moral**, pp. 171-201. Weinheim: Beltz, 1978.

LIND, G. Measuring moral judgment: A review of 'The measurement of moral judgment' by Anne Colby and Lawrence Kohlberg. **Human Development**, v 32, p. 388-397, 1989.

LIND, G. Moral competence and education in democratic society. *In*: G. Zecha & P. Weingartner, eds., **Conscience: An Interdisciplinary Approach**. Dordrecht: Reidel, pp. 91-122, 1987.

LIND, G. The importance of role-taking opportunities for self-sustaining moral development. **Journal of Research in Education**, n° 10 (1), 9-15, 2000.

LIND, G. **Ist Moral lehrbar?** Ergebnisse der modernen moralpsychologischen Forschung. [Can morality be taught? Research findings from modern Moral Psychology]. Second Edition. Berlin: Logos-Verlag. ISBN: 3-897-22255-8, 2002.

LIND, G. Favorable learning environments for moral competence development – A multiple intervention study with nearly 3.000 students in a higher education context. **International Journal of University Teaching and Faculty Development**, n° 4, v. 4, 2015. *

LIND, G. Attitude change or cognitive-moral development? How to conceive of socialization at the university. *In*: LIND, G. HARTMANN, H. A. WAKENHUT, R., EDS., **Moral judgment and social education**, pp. 173 – 192. Rutgers, NJ: Transaction Books, 2^a ed., 2010.

LIND, G. **How to teach moral competence**. New: discussion theater. Berlin: Logos, 2019. **

LIND, G. Moral competence: what it means and how accountant education could foster it. *In*: PINHEIRO, M. COSTA, A. O. eds., **Accounting ethics education**, pp. 155-174. London: Routledge, 2021.

MANSBART, F.-J. **Motivationale Einflüsse der moralischen Urteilsfähigkeit auf die Bildung von Vorsätzen**. (Motivational influence of moral competence on the formation of intentions.) Unpublished master thesis, University of Konstanz, 2001.

MCNAMEE, S. Moral behavior, moral development and motivation. **Journal of Moral Education**, n° 7,v. 1, p. 27 – 31,1977.

MILGRAM, S. **Obedience to authority**. An experimental view. Harper, New York, 1974.

NOWAK, E., SCHRADER, D. ZIZEK, B., eds. **Educating competencies for democracy**. (Festschrift für Georg Lind.) New York: Peter Lang Verlag, 2013.

PIAGET, J. The affective unconscious and the cognitive unconscious. *In*: INHELDER, B. CHIPMAN, H.H., eds., **Piaget and his school**, pp. 63-71. New York: Springer, 1976.

PIAGET, J. **The moral judgment of the child**. New York: The Free Press, 1965 (originally published 1932).

PLATO. George Anastaplo; BERNS, Laurence. **Plato's Meno**. Newburyport, MA: Focus Pub./R. Pullins Co, 2004.

REST, J. R. **Development in judging moral issues**. Minneapolis, MI: University of Minnesota Press, 1979

SCHILLINGER, M. **Learning environments and moral development: How university education fosters moral judgment competence in Brazil and two German-speaking countries**. Aachen: Shaker-Verlag, 2006.

SEN, A. Democracy as a universal value. **Journal of Democracy**, n° 10 (3), p. 3-17. 1999.

SEN, A. The idea of justice. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

WATSON, J. B. Psychology as the behaviorist views it. **Psychological Review**, n° 20, p. 158–177, 1913.

Notas

* Pode ser feito download em: <http://moralcompetence.net/b-liste.htm>

** Em 2021, este livro ganhou o *Outstanding Book Award* do *Educação e Desenvolvimento Moral SIG* da *Associação Americana de Pesquisa Educacional (AREA)*.

Para maiores informações acesse o website: www.imdc.info

Contato: office@imdc.info

